

(DES)necessária BNCC e seus atrelamentos curriculares!

Palavras-chave: BNCC, política pública

Área temática: Políticas educacionais

Resumo:

Apresentam-se argumentos à necessidade da implantação da Base Nacional Curricular Comum no Brasil – BNCC apresentados por associações civis constituídas por pesquisadores brasileiros que zelam pela formação de professores e pela pesquisa em Educação no Brasil. A partir dos posicionamentos destas associações argumenta-se sobre a imposição reducionista da BNCC e de seu atrelamento à aprovação a programas de formação de professores consolidadas como o PIBID e a invenções frágeis como o Programa de Residência Pedagógica. Disso decorre à negativa a BNCC e aos atrelamentos decorrentes dela.

Este texto surge de uma inquietação desde o início do movimento pela base. Precisamos de uma Base Nacional Curricular Comum? A terceira versão da BNCC foi entregue ao Conselho Nacional de Educação – CNE e aprovada em dezembro de 2017. Apresentam-se argumentos à necessidade de uma base nacional produzidos por associações de pesquisadores brasileiros. Isso tem um impacto no Ensino de Ciências e a ABRAPEC se alia às associações aqui trazidas em sua posição contrária a BNCC. Assume-se, a partir dos argumentos trazidos que a BNCC é prejudicial e desnecessária.

O clamor por BNCC por diferentes setores

A preocupação em estabelecer os conteúdos a ensinar para estudantes já estava no Manifesto dos Pioneiros de 1932. A necessidade de uma base nacional também está na constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A primeira LDB é de 1961, a segunda de 1971, depois na LDB vigente de 1996, a Lei 9394/96, que vindo sendo modificada em vários pontos. Esta preocupação também está presente no Plano Nacional de Educação – PNE, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nas Diretrizes Curriculares para a Educação Fundamental, nas Diretrizes Curriculares para a Educação Básica e recentemente no movimento “Pátria Educadora” (Macedo, 2018). Por estes documentos poderia se pensar que uma base nacional comum curricular seja mesmo necessária.

Estabelecer ou não os conteúdos a serem ensinados, no entanto, parece não ser simples nem consensual. Dias (2017) ao considerar que a ideia de um currículo nacional se instala em um conjunto denso de disputas com dificuldades epistemológicas de apontar o que conta como comum ou nacional na orientação de um currículo, apresenta um conjunto de setores que argumentam a favor da

necessidade de uma base para a melhoria dos resultados nas avaliações de larga escala ou para suprir as deficiências na formação dos professores ou na organização dos sistemas de ensino.

Nos anos 2000 com as Diretrizes Nacionais Curriculares houve a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Na Conferência Nacional de Educação realizada em 2010 também foi declarada a necessidade de constar no PNE uma base nacional curricular. De 2010 a 2012 mudaram as Diretrizes Nacionais Curriculares. A Lei 13.005, de 2014, instituiu o PNE com vigência de 10 anos. Foram estabelecidas 20 metas para melhorar a qualidade da Educação Básica, sendo que quatro delas tratam da BNCC.

Em oposição à necessidade da BNCC, Lopes (2017) argumenta sobre a impossibilidade de consenso quando agendas políticas e educativas são disputas inconciliáveis (Altenfeldern; Xavier, 2017).

O Governo Federal iniciou os debates para elaborar a Base em 2015 com a primeira versão apresentada em março de 2015. As propostas foram debatidas com especialistas e depois uma versão da base foi apresentada para reformulações através dos conselhos municipais e estaduais de Educação. Esta versão recebeu críticas, pois as áreas de História e Literatura não traziam conteúdos programáticos e alguns conteúdos considerados imprescindíveis não constavam como por exemplo conteúdos relativos à revolução industrial e a revolução francesa nem tão pouco aparecia nos conteúdos a cultura de povos antigos (SILVA, 2017).

A segunda versão da base foi apresentada em maio de 2016 e esta versão recebeu 12 milhões de contribuições. Em junho, por todo o Brasil realizaram-se seminários com professores, gestores e especialistas abertos à participação pública para debatê-la. Em agosto, começou a ser redigida a terceira versão, mas em setembro, o governo interino anunciou medida provisória de Reforma do Ensino Médio, que impactou a elaboração da Base. A Base seguiu os trâmites de aprovação apenas com os conteúdos referentes à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental (Santos, 2017).

Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da BNCC ao Conselho Nacional de Educação – CNE, sem que contemplasse o Ensino Médio. No entanto, neste tempo a equipe de especialistas fora destituída, houve troca de ministros da Educação e o golpe destituiu a presidenta eleita. Com um presidente interino e o MEC, em ações de oposição ao trabalho desenvolvido no governo deposto, governo eleito pelo voto da maioria, fez aproximações que obtiveram manifestações de associações de pesquisadores, entre elas com o movimento da Escola sem Partido. Apareceram, além da Reforma do Ensino Médio, outra BNCC e a reestruturação da formação de professores.

O caos político não arrefeceu a discussão da sociedade civil sobre as BNCC e várias organizações civis como Associação Nacional de Pesquisadores em Educação - ANPED, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, Associação Brasileira de Currículo – AbdC tem produzido documentos críticos a esta BNCC, alertando para os retrocessos que sua

implantação acarreta. A Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de Ciências - ABRAPEC se posicionou contrária a BNCC¹.

Os argumentos contrários da sociedade civil organizada

Da Associação Brasileira de Currículo - ABdC

Representada nas audiências públicas de discussão das BNCC, a ABdC apresentou um documento ao CNE em que solicita um tratamento crítico às BNCC. Um movimento de unificação curricular favorece a manutenção de hegemonias e de exclusão social. Uma base pautada em objetivos de aprendizagem se distancia de uma educação integral que exige ir além de objetivos de aprender. A ruptura na elaboração das BNCC em razão de mudança da equipe fez com que esta associação solicitasse o retorno das discussões com o Fórum Nacional de Educação – FNE, apontando sobre a história desta discussão ter dado origem a Associação Nacional de Formação de Professores – ANFOPE na década de 1980 em que o que se defendia era o protagonismo dos professores na elaboração daquela base, o que foi negligenciado nesta base. A associação também discorda de que a necessidade da base esteja presente na LDB.

O documento também discorda de que a BNCC seja uma base. Ao contrário, é o ponto de chegada e não o ponto de partida. Ao definir metas e habilidades de saída, não parece que seja o início, o fundamento, a base, e sim o final do processo. E esta forma de entender o currículo é ultrapassada. Assim, ao contrário de parecer uma base, ao estabelecer o que todos devem aprender a BNCC soa mais como um currículo mínimo que se articula com as avaliações nacionais e internacionais e os interesses de mercado. A BNCC investe no controle externo do fazer docente por meio das avaliações externas e os professores acabam sendo os responsáveis pelos fracassos dos estudantes nessas avaliações.

É como Cunha e Lopes (2017) apresentam argumentos sobre a regularidade do nome na dispersão da complexidade da realidade. A BNCC é um nome que por si só se apresenta como solução. O documento também alerta de que embora seja dito que a BNCC é uma pactuação interfederativa, 60 % dos conteúdos são comuns e serão esses obviamente os que serão avaliados. Os 40 % destinados às especificidades regionais e locais serão facilmente esquecidos frente à pressão pelos resultados das avaliações.

Toda a experiência dos professores e os currículos em andamento são negligenciados nessas BNCC. E a localidade, a diversidade, a negociação de sentidos, a autonomia da escola não aparecem no texto. Quanto aos conteúdos, quando é feita uma escolha, esta escolha é sempre política. Outros poderiam ser os conteúdos selecionados e conteúdos iguais para diferentes estudantes não leva a uma diminuição das diferenças sociais como anuncia a BNCC. As autoras alertam que para a equalização social e a redução das desigualdades é preciso tratar diferente os desiguais com propostas diversas e plurais.

¹ Os documentos referenciados estão disponíveis nos sites das associações citadas: ANPED, ANFOPE, ABdC e ABRAPEC

Da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação - ANPED

A crítica da ANPED abrange a elaboração por especialistas e o distanciamento do diálogo com as escolas. Na nota de abril de 2017 a diretoria da ANPED afirma que a BNCC implicava em homogeneização das matrizes curriculares na formação de professores. Saviani (2017) lembra que aos com poder econômico, uma reforma como a BNCC os prepara melhor para o ensino universitário. Aos que estão no ensino público, parcela da sociedade com menor poder econômico, os discrimina.

Chama atenção nas BNCC o retorno às competências. Esta proposição, criticada intensamente, fragmenta a educação integral em porções de competências. Competência é uma totalidade com dimensões ética, estética, política e técnica (Rios, 2017). Retirar das BNCC questões de gênero e diversidade mostra uma luta política com setores conservadores da sociedade, tratam as diferenças como naturalização de processos meritocráticos dos que vencem e, em outras circunstâncias, como doença que a sociedade deve curar.

Da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE

A ANFOPE também manifestou preocupação com o processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC. A complexidade de uma política curricular nacional não permite a adoção de matriz curricular centralizadora como a que está em questão. Esta BNCC aponta para diminuição e ameaça a autonomia dos sistemas estaduais e municipais de ensino na construção dos projetos político-pedagógicos das instituições escolares sintonizadas com as demandas formativas e realidades locais.

Da mesma forma que a ANPED, a ANFOPE repudia a concepção de competências por entender que esse modelo de "conteúdos curriculares está a serviço de desenvolvimentos de competências" desrespeitando as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo CNE. Dessa forma a separação do Ensino Médio, a redução nas concepções de linguagem e de ensino/aprendizagem na Educação Infantil vão de encontro às diretrizes curriculares aprovadas anteriormente. O PNE também é desrespeitado nessa BNCC, pois aponta para a necessidade de construção do Sistema Nacional Articulado de Educação. Da mesma forma como denunciou o documento da ABdC, o Fórum Nacional de Educação está sendo descaracterizado, o que compromete o cumprimento das metas do PNE.

Da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação em Ciências – ABRAPEC

A ABRAPEC juntamente com outras organizações civis também se integraram às críticas à BNCC como ao agendamento dos currículos a ela atrelado e por os pelo estreitamento curricular que a base impõe. Foram várias as razões apontadas: a vinculação da BNCC com as avaliações em larga escala e suas quantificações e padronização; a retirada de disciplinas do Ensino Médio, com ênfase dada à Matemática e ao Português, com vistas à adequação da BNCC a

exames como o PISA. Outra crítica forte apresentada pelas entidades é a vinculação de programas de formação e sua mudança à Base em uma tentativa de ampliar o escopo de seu controle não só como referencial curricular da educação básica como também de ditar as ações e articulações institucionais das IES no âmbito da formação docente, já ordenadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada (2015). Está no documento assinados pelas entidades que:

A política de formação do MEC/Capes parte do princípio de que os cursos de Licenciatura são “muito teóricos”, e a solução oferecida – o Programa de Residência Pedagógica – é reorientá-los para a aplicação prática da BNCC. Se por um lado o edital inclui, entre as “abordagens e ações obrigatórias” do PRP, “a apropriação analítica e crítica da BNCC nos seus princípios e fundamentos”, por outro exige a elaboração de “atividades que envolvam as competências, os conteúdos das áreas e dos componentes, unidades temáticas e objetos de estudo previstos na BNCC, criando e executando sequências didáticas, planos de aula, avaliações e outras ações pedagógicas”.

As críticas são de que a perspectiva apontada desvincula teoria da prática reduzindo à formação docente a um “como fazer” esvaziando-a de sua função social e cidadã.

A aproximação entre Universidade e Escola tem sido defendida em diversos momentos pelas entidades científicas, pelas instituições formadoras e por entidades político-organizativas da área, considerando a importância e a luta histórica no campo da educação para a aproximação entre os programas de formação inicial nas IES e as escolas. Não da forma proposta por estes programas nem Também aceitando a aplicação da BNCC como exigem estes programas em seus editais.

Isso tem efeitos profundamente desprofissionalizantes nos cursos de Licenciatura, seja por induzir que estudantes em processo de formação sejam responsáveis por aulas nas escolas, seja porque a vinculação do Programa com a BNCC visa formar professores para uma docência reprodutivista, desprovida de autonomia intelectual e incapaz de reconhecer as diferentes realidades em que os processos educativos tomam forma e lugar. Assinam o documento Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Associação Brasileira de Currículo (ABdC) Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Ação Educativa Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio (MNDEM), Rede Escola Pública e Universidade (REPU), Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC).

A tudo isso se acrescenta a recente renúncia do presidente da Comissão da

BNCC no Conselho Nacional de Educação (CNE) que em carta endereçada aquele conselho aponta as razões de sua demissão pelas divergências apontadas por especialistas sobre as políticas educacionais:

- A impossibilidade de separação entre a Reforma e a BNCC e a fragmentação da educação;
- A determinação de 60% da carga horário dedicada aos conteúdos da Base;
- A manutenção apenas de Português e Matemática como disciplinas e o descaso com as demais;
- A fragilidade dos itinerários formativos;
- As perdas que o favorecimento do ensino a distância traz;
- A desconsideração dos documentos em relação à realidade das escolas;

Ao final da carta o especialista recomenda que o CNE não submeta a discussão da BNCC e da Reforma do Ensino Médio a calendários políticos ou administrativos, e que as audiências públicas e quaisquer decisões devem ser retomadas após processo eleitoral democrático. E salienta a necessidade deste debate acontecer com a participação dos professores, dos estudantes e dos demais integrantes do campo educacional brasileiro.

Conclusão

Diante do estudo realizado, a implantação por uma base curricular comum nacional parece não só desnecessária, mas aviltante. Esta BNCC desvaloriza a profissão professor. A sociedade civil precisa estar no controle do currículo da escola pública, direito de todos, e não no controle de setores econômicos mundiais. Aos países desenvolvidos a tranquilidade, o bem-viver, a pobreza diminuída, os baixos índices de violência. Nos países que fornecem mão-de-obra desqualificada a seus interesses de expurgação, ficam políticas públicas internacionais à mercê de questões econômicas, a pobreza, a violência, o desemprego. Tudo isso realizado em uma compreensão de educação para atingir metas. Assim que conclui-se que não necessitamos de base alguma.

Referências

ABRAPEC. <http://www.anped.org.br/news/entidades-se-posicionam-contrarias-padronizacao-e-controle-impostos-pelo-programa-de-residencia>.

Altenfeldern, A. H. e Xavier, G. T. R. (2017). Sala de Debate do Canal Futura. https://www.youtube.com/watch?v=IxpEgO_5Ty4 acessado em 03 de novembro de 2017.

Callegary, C. Carta de renúncia à presidência da Comissão da BNCC no CNE. https://drive.google.com/file/d/1K7GwQnrPSgfk5e0aE5_rwePIHbrvEDMI/view acessado em 09 de julho de 2018.

Cunha, E. V. e Lopes, A. C. (2017). Base Nacional Comum Curricular: regularidade

na dispersão [https://](https://ojs.revistainvestigacioncualitativa.com/index.php/ric/article/view/68/49)

ojs.revistainvestigacioncualitativa.com/index.php/ric/article/view/68/49 acessado em 03 de novembro de 2017.

Lopes, A. C. (2017). Palestra no IFRJ sobre a reforma do ensino médio e a BNCC <https://www.youtube.com/watch?v=sjRz22g5OxM&t=2049s> acessado em 03 de novembro de 2017.

Macedo, E. (2018) Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000200045&lng=en&nrm=iso&tlng=pt acessado em 19 de fevereiro de 2018.

Rios, T. (2017)

Filosofia da Educação - Aula 18 - Ética no contexto escolar.

https://www.youtube.com/watch?v=xe7K_SSC0Xs acessado em 03 de novembro de 2017.

Santos, J. V. (2017). Base Nacional Curricular Comum. <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7145-base-nacional-comum-curricular-bncc> acessado em 19 de fevereiro de 2017

Saviani, D. (2017). Reforma do Ensino Médio (palestra) <https://www.youtube.com/watch?v=TnpnRq21luc&t=1534s> acessado em 03 de novembro de 2017.

Silva, R. R. D. (2018). A Base Curricular que referencia a lógica da financeirização. <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7147-a-base-curricular-que-reverencia-a-logica-da-financeirizacao> acessado em 19 de fevereiro de 2018.